

Balanço dos 150 dias de mandato do Executivo PS de António Costa na CML

Conferência de Imprensa dos Vereadores do PCP

- Lisboa, 21 de Março de 2014 –

Os Vereadores do PCP na CML, desde o início deste mandato, têm apresentado várias propostas e tomadas de posição, procurando que a gestão na CML, em diversas áreas, seja diferente da que tem acontecido até hoje.

Apresentamos aqui as nossas propostas e tomadas de posição relativas aos temas que maior relevância tiveram durante estes 150 dias de mandato e que contaram com uma posição firme dos eleitos do PCP na CML e na AML, tendo como base a garantia de melhores condições de vida de quem vive e trabalha em Lisboa.

A **Reorganização Administrativa da Cidade de Lisboa** resultou de um acordo entre o PS e o PSD na Câmara e na Assembleia Municipal de Lisboa, para se reduzir o número de freguesias da cidade de Lisboa de 53 para 24, e que teve o voto contra do PCP.

O PCP defende que a democracia das instituições públicas e o nível de prestação à população não podem estar subjugadas a critérios economicistas, que uma reorganização administrativa não pode ser feita sob a pressão da crise económica e que, a tal pretexto, visa servir os interesses eleitorais do PS e do PSD e que qualquer processo neste âmbito deve ser amplamente participado, envolvendo as populações e as freguesias tendo como objectivo responder melhor aos problemas que afectam a vida das populações.

Em Lisboa, a **Descentralização de Competências** surge como uma consequência da Reorganização Administrativa e revelou-se bastante lesiva para os direitos dos trabalhadores e para a qualidade dos serviços públicos prestados aos munícipes, abrindo a porta à externalização desses serviços. A entrega de serviços públicos a privados poderá ser uma realidade, tendo em conta a vontade já expressa pelos Presidentes de Junta do PS.

Esta descentralização de competências compromete políticas municipais em diversos domínios, como a Cultura e do Desporto, desarticula a rede de bibliotecas e compromete uma gestão integrada da cidade e do espaço público.

A transferência de trabalhadores para as Juntas de Freguesia, na sua maioria contra a sua vontade, compromete os direitos destes trabalhadores. Exemplo disso são as 40h semanais que as Juntas do PSD queriam aplicar, em vez das actuais 35h que a CML já assinou com os sindicatos.

Na proposta de alteração apresentada pelo PCP em reunião de Câmara, rejeitada pelo PS e pelo PSD, os trabalhadores só poderiam transitar para as Juntas voluntariamente e em regime de mobilidade, podendo regressar à Câmara.

O PCP defende o desenvolvimento do **Serviço Público de Transportes** para que este sirva cada vez mais e melhor os utentes, respeite e valorize os seus trabalhadores e dê o importante contributo que lhe cabe à economia nacional. A concessão de empresas públicas de transporte, como o Metro e a Carris, implicará directamente o aumento das tarifas, a

supressão de percursos, a diminuição de horários, ou composições circulantes, o despedimento de motoristas e de pessoal de manutenção, de forma a garantir os lucros das empresas privadas que ficarem com as concessões, com os óbvios prejuízos em termos de serviço, fiabilidade, segurança e tarifários absolutamente incomportáveis para as populações.

O PCP vê com preocupação a posição da CML na recusa da moção apresentada pelos Vereadores do PCP na CML em que se recusava a privatização dos transportes públicos de Lisboa. Esta moção foi rejeitada com os votos contra do PSD e do CDS e com a abstenção do PS.

O previsto encerramento de 11 **Esquadras da PSP** na cidade de Lisboa, defendido pelo Executivo PS na CML e pelo Governo PSD/CDS, tem merecido a oposição dos eleitos do PCP na CML e na AML. Algumas dessas Esquadras estão localizadas em vários bairros municipais (Cabrinha, Horta Nova, Padre Cruz e Zona J) onde têm desenvolvido um trabalho de combate à insegurança, que se reflecte na diminuição da criminalidade.

A CML tem manifestado uma posição favorável ao encerramento das esquadras admitindo que pode coexistir com o reforço do policiamento de proximidade, não defendendo os interesses da cidade e fazendo o favor ao Governo.

O PCP sempre alertou para a ilegalidade das deliberações da Câmara e da Assembleia Municipal que aprovaram a permuta entre os terrenos da **Feira Popular** e os do **Parque Mayer** e a Hasta pública e não pode deixar de lamentar o desfecho deste processo e os custos que o mesmo terá para o Município de Lisboa e portanto para o erário público, com o acordo aprovado na CML e na AML, cuja responsabilidade não pode ser desligada da votação do PS e dos restantes partidos na Câmara e Assembleia Municipal, com excepção do PCP que votou contra.

A degradação dos equipamentos desportivos em Lisboa, que levou ao seu encerramento, é uma realidade sem perspectivas de resolução com este executivo PS na CML. Exemplo disso são as Piscinas dos Olivais, a Piscina do Areeiro, a Piscina da Penha de França, as Piscinas do Campo Grande e o Pavilhão Carlos Lopes.

Foram várias as Propostas aprovadas para o **Pavilhão Carlos Lopes** tendo em vista a sua reabilitação e reabertura mas até hoje, este Pavilhão, encontra-se em avançado estado de degradação e veio a público, pelo Vereador Manuel Salgado em declarações à comunicação social, que a CML tem planos para lhe dar nova vida até final do presente mandato, criando simultaneamente um pavilhão de desportos e centro de congressos.

Para o PCP, o Pavilhão Carlos Lopes pertence aos munícipes e a todos os desportistas de Lisboa e deve continuar ao seu serviço, recuperado e valorizado para desporto e para a cultura.

De referir as dificuldades criadas ao comércio e restauração pela **Nova Lei do Arrendamento** que foram manifestadas pelos Vereadores do PCP com a apresentação de uma Recomendação, onde se pretendia ter em conta os despejos permitidos por obras profundas nos respectivos prédios, que foi rejeitada pela maioria PS na CML.

A estratégia de reabilitação da CML e do PS de António Costa não está dirigida para reabilitação de todo o património da cidade, mas disponível para a aprovação de alterações de uso em prédios de habitação para a actividades hoteleiras.

A **Colina de Santana** assume grande relevância no momento actual em que o executivo PS se empenhou em ver aprovados os projectos encomendados pela Estamo mas que a visão atenta de quem defende os interesses da população obrigou à discussão, sob o formato de debates na AML, e à suspensão dos PIP's por parte do Vereador Manuel Salgado.

O PCP rejeita o encerramento dos hospitais que hoje se encontram em funcionamento na Colina de Santana, opinião partilhada pela maioria da população que se pronunciou nos referidos debates, e não aceita qualquer alteração ao uso do solo que vise transformar o espaço, hoje ocupado pelos hospitais, em condomínios fechados ou outra forma de especulação urbanística.

Para o PCP, é prioritária a revogação do negócio com a Estamo e reversão dos terrenos dos hospitais à propriedade pública, assim como a realização de um levantamento de todos os edifícios da Colina que necessitem de recuperação, incluindo a reabilitação dos palácios efectivando a manutenção do funcionamento dos Hospitais Cívicos.

Os lisboetas estão contra o encerramento dos actuais serviços de saúde presentes na Colina de Santana, estão contra que a população desta área da cidade e de toda a cidade, e até do país uma vez que estamos perante hospitais de referência nacional, fique sem cuidados de saúde, tendo em conta que 1/4 da população residente na Colina de Santana tem mais de 65 anos (24,4%), e estão contra os projectos previstos que implicarão o afastamento dos actuais residentes.

Os comerciantes da Colina de Santana também temem o encerramento dos Hospitais uma vez que os seus clientes são, na sua maioria, a comunidade hospitalar e os utentes que ali se dirigem diariamente.

Custa a entender, ao cidadão comum, que se fechem hospitais e se altere toda uma estrutura para dar azo a novos hotéis e a edifícios de habitação. Encerrar S. José, Capuchos e Santa Marta, levando tudo para um hospital que poderá vir a ser uma maravilha, mas que ficará sempre muito distante da zona central da cidade.

Temos assistido, por parte da CML, à passividade e ao descuido perante a evolução das necessidades da população, em especial da população mais idosa, com um peso significativo e crescente na cidade, o que reclama uma outra atenção a serviços e equipamentos específicos, designadamente no plano dos cuidados continuados de saúde, o que pressupõe equipamentos próprios e, naturalmente, o espaço onde esses equipamentos se possam implantar.

Não está em causa a necessidade de uma intervenção nesta e noutras zonas da cidade. Uma intervenção que, norteadada por uma lógica qualificadora da fruição do espaço público, das infra-estruturas e equipamentos, contribua positivamente para melhorar as condições de vivência urbana e para promover equipamentos necessários às comunidades residentes e ao desenvolvimento da cidade, que precisa como nunca de recuperar a sua vocação produtiva.

A política que o executivo PS de António Costa tem privilegiado e promovido em Lisboa tem sido a da especulação imobiliária, protegida pelo PDM, com incidência noutras zonas estratégicas da cidade, formalizada em negociatas entre a CML e a Estamo.

O modelo de gestão que tem prevalecido em Lisboa despreza os serviços públicos, desvaloriza as actividades que criam emprego qualificado, afugenta as camadas populares das zonas centrais e históricas, não planeia de acordo com as necessidades e anseios da população e afasta-a da efectiva participação nos processos de decisão.

Para além destas questões, muitas outras foram discutidas na CML por iniciativa dos Vereadores do PCP, tais como: a falta de condições nas oficinas da CML, a degradação dos pavimentos na cidade, a falta de manutenção dos semáforos na cidade, o encerramento da Loja do Cidadão nos Restauradores, as consequências do aumento das Taxas Aeroportuárias, a defesa da importância do Porto de Lisboa, a criação de estruturas na CML para um melhor aproveitamento dos fundos europeus e a criação de uma Comissão para as Comemorações dos 40 Anos do 25 de Abril.

Os Vereadores do PCP na CML

João Ferreira

Carlos Moura